S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

CNPJ: 12.229.415/0001-10

USINA CORURIPE

Demonstração do resultado abrangente
31 de março de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Lucro líquido do exercício	511.289	417.275
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(609)	
Derivativos de câmbio - *cross-currency swap*	34.681	
Derivativos de juros - *interest rate swap*	(511)	
	33.561	-
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(9.004)	
	(9.004)	-
Reconhecimento no resultado financeiro		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	32.258	
Derivativos de câmbio - *cross-currency swap*	(78.359)	
Derivativos de juros - *interest rate swap*	(2.131)	
Não derivativos cambiais - dívidas	2.009	
	(46.223)	-
Baixa por inefetividade		
Derivativos de câmbio - *cross-currency swap*	(18.500)	
	(18.500)	
Total movimento no exercício		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	22.645	
Derivativos de câmbio - *cross-currency swap*	(62.178)	
Derivativos de juros - *interest rate swap*	(2.642)	
Não derivativos cambiais - dívidas	2.009	
Tributos diferidos sobre os itens acima	13.656	
	(26.510)	
Resultado abrangente do exercício	**484.779**	**417.275**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de março de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado									
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a deliberar	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial: *Hedge Accounting*	*Deemed Cost*	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de março de 2021	**408.845**	**(1.215)**	**43.476**	**736.323**	**419.275**	**140.453**		**74.838**		**1.821.995**
Constituição da reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores				(93.882)		93.882				
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios				45.234						45.234
Realização de custo atribuído								(11.238)	11.238	
Lucro líquido do exercício									417.275	417.275
Destinação do lucro										
Constituição da reserva legal			20.864						(20.864)	
Constituição da reserva de incentivos fiscais						58.820			(58.820)	
Dividendos distribuídos									(51.960)	(51.960)
Retenção de lucros					296.869				(296.869)	
Em 31 de março de 2022	**408.845**	**(1.215)**	**64.340**	**687.675**	**716.144**	**293.155**	**-**	**63.600**	**-**	**2.232.544**
Realização de custo atribuído								(10.103)	10.103	-
Resultado com derivativos - hedge accounting							(26.510)			(26.510)
Lucro líquido do exercício									511.289	511.289
Destinação do lucro										
Constituição da reserva legal			17.429						(17.429)	
Constituição da reserva de incentivos fiscais						115.651			(115.651)	
Dividendos distribuídos									(37.833)	(37.833)
Retenção de lucros				(278.830)	629.309				(350.479)	
Em 31 de março de 2023	**408.845**	**(1.215)**	**81.769**	**408.845**	**1.345.453**	**408.806**	**(26.510)**	**53.497**	**-**	**2.679.490**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATóRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e suas controladas em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Recálculo do valor dos créditos a receber em ações ordinárias de indenização por perdas e danos contra a União - IAA 4870 - Nota 9 (a)

A Companhia mantém registrado créditos a receber da União referentes à duas ações ordinárias transitadas em julgado favoravelmente à Companhia em exercícios anteriores, e que foram recalculados pela diretoria no exercício findo em 31 de março de 2023 para refletir modificações nos fluxos de caixa desses ativos, nos termos do parágrafo 5.4.3 do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros, que determina que os efeitos dessas modificações sejam registrados no resultado do exercício.

De acordo com o entendimento da diretoria da Companhia, as referidas modificações nos fluxos de caixa desses ativos estão suportadas pelo resultado favorável obtido no julgamento dos embargos à execução, confirmando o direito da Companhia em requerer indenização pelos danos diretos apurados por critério econômico, conforme constam nos autos já transitados em julgado, e não pela apuração com base nos custos de produção individuais da Companhia, bem como pela alteração na previsão da data de liquidação dos referidos créditos em razão do andamento processual.

Nesse contexto, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2023, os referidos créditos tiveram o seu valor contábil recalculado de acordo com os critérios aplicáveis a ativos financeiros registrados pelo custo amortizado, para refletir mudanças nos seus fluxos de caixa.

Este tema foi foco em nossos trabalhos de auditoria considerando a relevância dos valores envolvidos, a complexidade dos cálculos matemáticos preparados pela Companhia para a determinação do valor presente dos referidos créditos, e o alto grau de julgamento aplicado pela diretoria para determinar o valor e a data de sua liquidação (Nota 2.12 (l))

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, dentre outros, a avaliação da evolução processual dessas ações ordinárias, bem como a validação dos critérios adotados pela diretoria da Companhia para o recálculo dos referidos instrumentos financeiros conforme critérios estabelecidos pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Obtivemos a análise processual preparada pelo advogado patrono da causa, bem como análise processual preparada por advogados independentes, as quais foram utilizadas pela diretoria para confirmar expectativa de prazo e valor de face dos créditos e, com o apoio de nossos especialistas internos, realizamos análise dos entendimentos da diretoria e das documentações recebidas.

Avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela diretoria para a avaliação dos processos.

Com o apoio de nossos especialistas, analisamos os entendimentos da diretoria sobre a modificação nos fluxos de caixa dos ativos.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor contábil dos referidos créditos em 31 de março de 2023, o qual considerou o valor atualizado dos créditos até a data estimada de recebimento, descontada a valor presente pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro, conforme determinado pelo CPC 48/ IFRS 9.

Testamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa preparadas pela diretoria para determinação do valor dos créditos.

Conferimos o recálculo das obrigações constituídas pela Companhia sobre o valor dos referidos créditos, como honorários advocatícios e tributos incidentes sobre o valor estimado das ações.

Realizamos a leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da diretoria para determinar os efeitos das modificações no valor contábil dos créditos em análise estão adequados e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia, bem como com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

ADMINISTRAÇÃO

MARIO LUIZ LORENCATTO
Diretor Presidente

THIERRY ROLAND SORET
Diretor Financeiro

CARLOS HENRIQUE PEREIRA MARQUES
Diretor de Produção Industrial

FRANCISCO VITAL ALVES DE SOUZA
Diretor Comercial

MARILUCI PINHEIRO ROSSI
Diretor Administrativo e RH

JOSÉ CORREIA BARRETO
Diretor Jurídico

JOSE MARCOS JORGI
Diretor de Produção Agrícola

CONTADORIA

DIRCEU OHLAND
CPF - 019.778.199-31
CRC-MS-007695/O-1 T-MG

ASSINADO POR
COOPERATIVA DE PRODUCAO E TRA - PJ
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 05/07/2023 23:43:24